

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 63

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 18 de abril de 2017

Comissão Especial debate mudanças na Previdência de trabalhadores rurais

Entidades representativas do segmento participaram do encontro

A proposta do Governo Federal que altera o regime de previdência dos trabalhadores rurais foi criticada durante audiência pública realizada, ontem, na Assembleia Legislativa. Dando continuidade a uma série de debates sobre a Reforma da Previdência Social (PEC nº 287/2016), a Comissão Especial que trata do tema convocou organizações rurais para discutir o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional. Presidente do colegiado, o deputado Sílvio Costa Filho (PRB) avaliou que "esse é o segmento mais prejudicado pela matéria".

O presidente da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco (Fetape), Doriel Barros, assegurou que o posicionamento do grupo é claro: "Viemos aqui para defender os direitos dos trabalhadores e o bem-estar da população", declarou. Presidente eleito da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Aristides Santos também expressou posição contrária à proposta de reforma. "Estamos visitando muitos municípios para explicar o mal que está por vir", contou.

Ambos apontaram que a eleição de 2018 será uma resposta a quem defende a Reforma da Previdência. "Os parlamentares vão ter que escolher entre as benesses momentâneas do presidente Temer e a manutenção do mandato", ponderou Aristides.

Representando o Movimento dos Trabalhadores



JOÃO BITA

ENCAMINHAMENTO - Áudio da audiência pública será enviado para deputados federais que representam Pernambuco

Sem Terra (MST), Jaime Amorim pontuou que "a história de luta e resistência do povo está em jogo". "Emendas não resolvem. Vamos continuar contra a Reforma da Previdência", completou. Coordenador-geral da Articulação do Semiárido (ASA), Alexandre Pires chamou atenção para a situação das trabalhadoras do campo, que considera serem as maiores prejudicadas, e também para a onda de êxodo rural que deverá se formar com a aprovação da PEC. Carlos Veras, da Central Única dos Trabalhadores (CUT-PE), convocou to-

dos para participarem de uma greve geral no próximo dia 28 de abril: "Este Governo não entende nada de trabalhador e não conhece a história dos homens e mulheres do campo".

Sílvio Costa Filho garantiu que o áudio da audiência pública será encaminhado aos 25 deputados federais por Pernambuco na tentativa de sensibilizá-los para a votação da PEC. Na avaliação do deputado Rodrigo Novaes (PSD), o texto da reforma é "inconcebível". "No momento mais difícil da economia, a gente não pode cobrar de quem

tem menos. Os trabalhadores rurais não podem ser sacrificados", defendeu.

Outros parlamentares também se manifestaram contrários à PEC. Na opinião da deputada Teresa Leitão (PT), "trata-se de um desmonte". "As alterações no texto que Michel Temer tem sinalizado não demonstram compromisso com os trabalhadores, mas medo da reação da sociedade. O Governo Federal está querendo, na verdade, dividir a classe trabalhadora", opinou. Nesse sentido, a deputada Socorro Pimentel considerou ser "de suma im-

portância que a mobilização tome as ruas".

O deputado Odacy Amorim (PT) se disse preocupado com a possibilidade de aumento do êxodo rural, caso a proposta atual seja aprovada. "Garantir a aposentadoria rural é uma questão de justiça social." Ao fazer referência à mudança na previdência do Chile, o deputado Isaltino Nascimento (PSB) ponderou que a reforma poderá "inviabilizar os direitos previdenciários".

Representantes do Congresso Nacional também compareceram à audiência.

Classificando a PEC como um "crime de lesa-pátria", o senador Humberto Costa (PT-PE) avaliou que a reforma poderá resultar no aprofundamento da pobreza no campo. "O povo brasileiro não quer, não concorda e não aceita", afirmou. Em defesa dos trabalhadores rurais, o deputado federal Sílvio Costa (PTN-PE) argumentou que "5% do salário mínimo pode ser pouco para quem governa para os ricos, mas é muito para quem vive no campo". "Não podemos comparar trabalhadores rurais do Sul e Sudeste com os que vivem no Sertão nordestino", frisou.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Números da violência no Estado repercutem na Alepe

Oposicionistas e governistas divergiram sobre as raízes do problema

O aumento no número de homicídios ocorridos no início de 2017 em relação ao ano anterior motivou, ontem, um debate na Reunião Plenária sobre a política do Governo do Estado para o setor. Foram 1.522 homicídios nos três primeiros meses do ano, em comparação a 1056 assassinatos no mesmo período de 2016. A Bancada de Oposição responsabilizou o governador Paulo Câmara pela piora dos números, enquanto deputados governistas destacaram a influência da crise econômica no aumento da violência e o investimento de R\$ 290 milhões anunciado para o setor. Reportagens publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e Jornal do Commercio, sobre a violência no Estado, também foram comentadas pelos parlamentares.

"O mês de março foi o mais violento dos últimos 10

anos. Estamos vivenciando a falência do Pacto Pela Vida", declarou o líder da Oposição, Sílvio Costa Filho (PRB). "Infelizmente, temos um governador sem liderança e sem capacidade de motivar a equipe que, ao contrário do ex-governador Eduardo Campos, terceirizou a responsabilidade sobre a segurança pública", avaliou. O líder foi acompanhado pela deputada Teresa Leitão (PT) na crítica: "A violência retroagiu 16 anos e ninguém vai ser responsabilizado por isso?", questionou.

Costa Filho afirmou que desde novembro solicitou uma audiência com o governador, mas até agora não foi marcado nenhum encontro, e aproveitou a oportunidade para apresentar algumas propostas: como a presença de representantes da Alepe nas reuniões do Pacto Pela Vida e a reabertura de negociação



ROBERTO SOARES

DADOS - Foram 1.522 homicídios nos três primeiros meses do ano

com entidades representativas de policiais.

Em aparte, Priscila Krause (DEM) sugeriu a criação de um gabinete de crise para o setor. Edilson Silva (PSOL) apresentou a possibilidade de vincular o repasse de recursos do FEM (Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal) à criação de uma política de segurança municipal por parte das prefeituras. Odacy Amorim (PT) defendeu a atuação das Guardas

Municipais com armas de fogo, em parceria com a Polícia Militar. "Nós esperávamos que a Paixão de Cristo de Nova Jerusalém fosse o destaque na Folha de São Paulo do último domingo, mas a manchete do jornal foi sobre a violência em Pernambuco", frisou Joel da Harpa (PTN).

Em aparte a Sílvio Costa Filho, o presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT) declarou que "já ouviu esse discurso inú-

meras vezes" e pediu à Oposição que "apresente alguma sugestão para resolver o problema da violência". Waldemar Borges respondeu que o governador Paulo Câmara "tem estado ainda mais presente nas reuniões do Pacto Pela Vida do que Eduardo Campos, até pelo momento de gravidade do tema".

Em resposta às críticas da Oposição, o deputado Rodrigo Novaes (PSD) relatou os investimentos feitos pelo Governo do Estado na área de segurança. "Não podemos fechar os olhos para o esforço do Governo no combate a criminalidade. Teremos novos carros e motocicletas e dois helicópteros, além da convocação de 4,5 mil novos policiais militares. Vão ser R\$ 290 milhões investidos apenas neste ano", destacou.

Rodrigo Novaes registrou, ainda, que o aumento na

violência também pode ser associado à crise econômica. "O desemprego e a diminuição do ritmo econômico do Estado estão atrelados ao aumento da criminalidade", afirmou, num raciocínio que foi apoiado pelos deputados Waldemar Borges (PSB), Laura Gomes (PSB), Antônio Moraes (PSDB) e Romário Dias (PSD). "Já há uma diminuição no número de assaltos a banco, por conta da ação da Polícia confrontando os bandidos", pontuou, em aparte, o deputado Antônio Moraes.

Novaes também defendeu, como uma sugestão pessoal que não reflete necessariamente uma política do Governo, que as Guardas Municipais possam ter armas de fogo. "Só no Recife poderíamos ter 1240 homens armados na cidade para ajudar o policiamento. É algo que já existe em Salvador", propôs Novaes.

PLENÁRIO

Falta de remédios

A deputada Socorro Pimentel (PSL) chamou atenção, ontem, para a falta de medicamentos nas farmácias do Estado. Citando apuração feita pelo Ministério Público de Pernambuco, dos 225 remédios que deveriam ser distribuídos, 93 estão em falta. A parlamentar ressaltou que o problema atinge desde medicamentos básicos até remédios para enfermidades graves. Ela enfatizou que nove pacientes com hipertensão arterial pulmonar faleceram desde 2016, em razão da falta do Iloprost. E, no caso de pacientes com HIV, a suspensão no tratamento gera risco de o vírus criar resistência. "A Alepe precisa se posicionar sobre o que está acontecendo. Devemos realizar uma audiência pública para tentar resolver a questão", pontuou.



Processo de impeachment

A deputada Teresa Leitão (PT) lembrou, ontem, a passagem de um ano da abertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados. A parlamentar voltou a criticar a decisão do Congresso e avaliou as políticas conduzidas pelo presidente Michel Temer. Para a deputada, as justificativas para aceitar o impedimento - crise econômica e corrupção - ainda afetam os brasileiros. "As questões que motivaram o pedido de impeachment foram resolvidas com a retirada de Dilma? Não. A situação piorou", observou. "Nossa pátria está entregue aos grandes especuladores internacionais, assim como foi entregue o pré-sal. A PEC do teto dos gastos e as reformas trabalhista e da previdência só pioram a situação", ressaltou.



Centenário de ex-deputado

O deputado Antônio Moraes (PSDB) destacou, ontem, a trajetória do ex-deputado federal e estadual Adalberto Tabosa de Almeida. Falecido em 2005, o político nascido em Caruaru (Agreste) teria completado 100 anos ontem. O tucano destacou a eleição de Almeida para a Assembleia Constituinte de Pernambuco em 1947, após o fim do Estado Novo, e suas reeleições para o mandato de deputado estadual em 1950, 1954 e 1958. Moraes também recordou a eleição de Almeida, em 1962, para deputado federal, e sua recondução em 1966. "É com satisfação que exalto o centenário de Adalberto Tabosa de Almeida, homem íntegro e habituado às boas práticas na arte de fazer política. Sua atuação nos inspira na luta por uma sociedade mais justa, humana e solidária", discursou Moraes.



Reforma da Previdência

O estabelecimento de idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres na Proposta de Emenda à Constituição nº 287/2017 foi criticado, ontem, pela deputada Simone Santana (PSB). A parlamentar considera injusto que esse critério seja equiparado, já que a parcela feminina enfrenta jornada de trabalho doméstico maior que a dos homens. Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apresentados pela socialista, as brasileiras gastam 26,36 horas semanais com serviços de casa, enquanto os homens gastam 10,5 horas com esses mesmos serviços. "Impor que as mulheres tenham de atingir o mesmo tempo de trabalho que os homens significa aprofundar as desigualdades já existentes", avaliou.



Elogio a programas

A deputada Laura Gomes (PSB) elogiou, ontem, as ações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. Mereceram destaque o Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência (Ceav), o Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), o Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa (Ciappi) e os núcleos de mediação comunitária. A socialista analisou que os programas se preocupam com a efetivação de direitos para populações em situação de vulnerabilidade. "É importante comprar armamento e aumentar o efetivo policial, mas também é preciso evitar que pessoas cheguem ao sistema prisional", disse.



Combate à dengue

O deputado Odacy Amorim (PT) sugeriu, ontem, que a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) atue em parceria com as prefeituras do Estado no combate aos focos de dengue. Segundo o parlamentar, os profissionais que vão às residências fazer leituras dos quadros de energia podem ser úteis no controle da epidemia, informando as autoridades de saúde quando forem verificados focos de proliferação do *Aedes aegypti*. Segundo o petista, que fará solicitação à empresa por meio de uma indicação, a medida já é promovida pela companhia baiana de energia. "Podemos repetir a experiência da Coelba e firmar uma parceria entre as prefeituras e a Celpe. Isso auxiliaria na prevenção de doenças causadas pelo *Aedes aegypti*", defendeu o deputado. Ele lembrou que o Estado registrou, em 2016, o maior número de vítimas de casos de microcefalia provocada pelo vírus da zika.



Ordem do Dia

Trigésima Oitava Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada em 18 de abril de 2017, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Primeira Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 1294/2017

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre a redução no valor de crédito tributário relativo ao ICMS, em operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 12ª Comissões.

Depende de Parecer da 2ª Comissão.

Votação Nominal

Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 31/03/2017

REPUBLICADO EM 19/04/2017

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2017 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1272/2017

Autor: Deputado Tony Gel

Autor do Projeto: Poder Executivo

(Para o 2º Turno)

Cria o Batalhão do Interior Especializado – BIE da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e transforma a Banda de Música da Polícia do Estado de Pernambuco em Companhia Independente de Música – CIMPM da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Regime de Urgência

Depende de Parecer das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/04/2017

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1278/2017

Autor: Poder Judiciário

Altera a Lei nº 13.332, de 7 de novembro de 2007, transforma cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª e 3ª Comissões.

Depende de Parecer da 2ª Comissão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/03/2017

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1286/2017

Autor: Poder Executivo

Abre crédito especial ao orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2017, no valor de nove milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos, em favor do Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco- FUNAFIN.

Regime de Urgência

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Pastor Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Suplente**, Deputado Augusto César; **2º Suplente**, Deputada Socorro Pimentel; **3º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Suplente**, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bitá, Rinaldo Marques e Henrique Genecy (estagiário); **Diagramação e Edição Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.



Pareceres Favoráveis das 1ª e 3ª Comissões.

Depende de Parecer das 2ª e 8ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/03/2017

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 991/2016

Autor: Deputado Zé Maurício

Altera o *caput* e o §1º do art. 11, da Lei nº 12.280, de 11 de novembro de 2002, que dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Aluno, a fim de modificar, no âmbito do Estado de Pernambuco, a data-limite de ingresso no Ensino Fundamental, e dá outras providências.

Com Emenda Modificativa nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/09/2016

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2016 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1117/2016

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Autor do Projeto: Deputado Ricardo Costa

Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização e Orientação sobre o Erro Médico e Responsabilidade Civil das Operadoras de Plano de Saúde, Hospitais, Clínicas e Similares e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 9ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/12/2016

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2017 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1159/2017

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Autor do Projeto: Poder Executivo

Altera a Lei nº 11.929, de 2 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a competência e as atribuições da Corregedoria Geral da Secretaria de Defesa Social, órgão superior de controle disciplinar interno, cria o Conselho Estadual de Defesa Social e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2017

Primeira Discussão do Substitutivo nº 01/2017 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1179/2017

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Autor do Projeto: Deputado Augusto César

Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o mês Janeiro Branco, dedicado à conscientização e mobilização da sociedade em favor da saúde mental e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 14/03/2017

Expediente

TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2017.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 31 – DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando o Projeto de Lei nº 1309.

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

X X X X X X X X X

PARECER Nº 3830 – DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER opinando favoravelmente ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 242/2015.

A imprimir.

X X X X X X X X X

PARECER Nº 3831 – DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER opinando favoravelmente ao Projeto de Lei nº 1027/2016.

A imprimir.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 217 – DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO UNA comunicando da aprovação dos Requerimentos nºs 11/17 de autoria de todos os vereadores e 12/17 de autoria do vereador Bruno Cavalcante Braga, bem como encaminhando as referidas cópias.

Inteirada.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 46 – DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL encaminhando resposta ao pedido de informações oriundo do Requerimento nº 2777 de autoria da Deputada Socorro Pimentel.

Dê-se conhecimento à referida Parlamentar.

X X X X X X X X X

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Ofício**Ofício nº 31/2017**

Recife, 17 de abril de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência a fim de solicitar a licença para participar da missão cultural em Portugal, durante o período de 20 a 30 do mês em curso, sem ônus para este Poder Legislativo.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Júlio Cavalcanti
Deputado Estadual

Mensagem**MENSAGEM Nº 31/2017**

Recife, 17 de abril de 2017.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o Projeto de Lei, em anexo, que altera a Lei nº 12.341, de 27 de janeiro de 2003.

A presente proposição tem por objetivo alterar o quantitativo da Assistência Militar da Prefeitura da Cidade do Recife, passando de 14 (catorze) para 21 (vinte e um) militares, sendo 4 (quatro) Oficiais Superiores ou intermediários da ativa do Quadro de Oficiais de Policiais Militares (QOPM), 1 (um) Oficial Superior da ativa do Quadro de Oficiais Combatentes Bombeiro Militar (QOC/BM), 10 (dez) Praças da ativa da Qualificação Policial Militar Geral (QPMG), e 06 (seis) Praças da ativa da Qualificação Bombeiro Militar Geral (QBMG).

Registre-se que a alteração proposta não implica aumento da despesa, razão pela qual deixo de indicar dotação orçamentária.

Em face da importância da matéria tratada, tenho a convicção de que se empenrará ao projeto o apoio indispensável para sua aprovação, razão pela qual solicito a observância, na tramitação do anexo Projeto de Lei, do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares os meus protestos de elevada consideração e distinto apreço.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária Nº 1309/2017.

Altera a Lei nº 12.341, de 27 de janeiro de 2003, que altera o art. 75, § 1º, alínea "c", inciso XII, e acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 76, da Lei nº 6.783, de 16 de outubro de 1974.

Art. 1º Os arts. 3º e 4º da Lei nº 12.341, de 27 de janeiro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º As Assistências Militares do Tribunal de Justiça de Pernambuco, da Assembleia Legislativa, da Prefeitura da Cidade do Recife e do Ministério Público de Pernambuco serão compostas por, no máximo, 85 (oitenta e cinco), 50 (cinquenta), 21 (vinte e um) e 15 (quinze) militares, respectivamente. (NR)

Art. 4º

§ 2º

III - Assistência Militar da Prefeitura da Cidade do Recife:

a) 4 (quatro) Oficiais Superiores ou intermediários da ativa do Quadro de Oficiais de Policiais Militares (QOPM); (NR)

b) 1 (um) Oficial Superior da ativa do Quadro de Oficiais Combatentes Bombeiro Militar (QOC/BM); (NR)

c) 10 (dez) Praças da ativa da Qualificação Policial Militar Geral (QPMG); e (NR)

d) 06 (seis) Praças da ativa da Qualificação Bombeiro Militar Geral (QBMG). (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2016.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 17 de abril de 2017.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: **AUGUSTO CÉSAR (PTB)**, **DR. VALDI (PP)**, **JOAQUIM LIRA (PSD)**, **JÚLIO CAVALCANTI (PTB)**, **ROGÉRIO LEÃO (PR)** e **TONY GEL (PMDB)**, e os Deputados suplentes: **EDILSON SILVA (PSOL)**, **ISALTINO NASCIMENTO (PSB)**, **MARCANTÔNIO DOURADO (PSB)**, **PAULINHO TOMÉ (PT)**, **RODRIGO NOVAES (PSD)**, **SILVIO COSTA FILHO (PRB)** e **WALDEMAR BORGES (PSB)**, para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 10h00 (dez horas) do dia 19 (Dezenove) de abril de 2017, no Plenarinho II, do anexo VI, localizado na Rua da União, nº 356 – Recife/PE.

DISTRIBUIÇÃO**I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA**

01) Projeto de Lei Ordinária Nº 1301/2017, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (EMENTA: Modifica a Lei 15.124, de 11 de outubro de 2013, que regulamenta os critérios de denominação de bens estaduais);
02) Projeto de Lei Ordinária Nº 1302/2017, de autoria do Deputado Everaldo Cabral (EMENTA: Obriga a instalação de dispositivo de segurança nos casos que indica nos equipamentos públicos, e dá outras providências);
03) Projeto de Lei Ordinária Nº 1303/2017, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (EMENTA: Estabelece a democratização e controle social sobre as entidades responsáveis pelo futebol no Estado de Pernambuco, e dá outras providências);
04) Projeto de Lei Ordinária Nº 1304/2017, de autoria da Deputada Simone Santana (EMENTA: Proíbe às instituições de ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco, a cobrar em taxas para aplicação de prova de segunda chamada por ausência decorrente de doença ou motivo de força maior);
05) Projeto de Lei Ordinária Nº 1305/2017, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Determina a obrigatoriedade de monitoramento em transporte público que indica, e dá outras providências);
06) Projeto de Lei Ordinária Nº 1306/2017, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Estabelece a obrigatoriedade de informações em produtos do mercado varejista e atacadista de alimentos perecíveis, e dá outras providências);
07) Projeto de Lei Ordinária Nº 1307/2017, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, a Semana Estadual de Conscientização contra a Síndrome Respiratória Aguda Grave - SRAG).

08) Projeto de Lei Ordinária Nº 1308/2017, de autoria do Deputado Augusto César (EMENTA: Altera a Lei 14.789 de 1º de outubro de 2012, que institui a Política Estadual da Pessoa com Deficiência).

DISCUSSÃO**I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA**

01) Projeto de Lei Ordinária Nº 1287/2017, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Altera a Lei nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, que institui o Programa de Estímulo à Atividade Portuária);
RELATOR: DEPUTADO AUGUSTO
02) Projeto de Lei Ordinária nº 1290/2017, de autoria do Deputado Eduíno Brito (EMENTA: Confere ao Município de Arcoverde o título de "Terra da Folia dos Bois e Ursos");
RELATOR: DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO
03) Projeto de Lei Ordinária nº 1297/2017, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Dispõe sobre redução da carga tributária do ICMS, no valor de 1% (um por cento), incidente na operação de entrada neste Estado de trigo em grão);
RELATOR: DEPUTADO TONY GEL
04) Projeto de Lei Ordinária nº 1299/2017, de autoria do Poder Executivo (EMENTA: Abre Crédito Especial ao Orçamento Fiscal do Estado relativo ao exercício 2017);
RELATOR: DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR

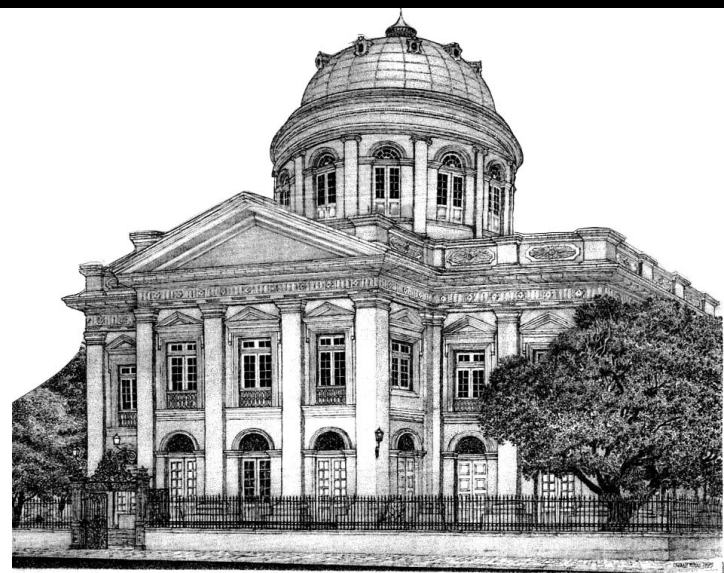
III) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS

01) Substitutivo 01/2017 de autoria da Comissão de Constituição Legislação e Justiça (EMENTA: Declara de Utilidade Pública a Associação Sport Club do Recife) ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1196/2017, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.
RELATOR: DEPUTADO JOAQUIM LIRA
02) Substitutivo 01/2017 de autoria do Deputado Tony Gel (EMENTA: Cria o Batalhão do Interior Especializado – BIE da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e transforma a Banda de Música da Polícia Militar do Estado de Pernambuco em Companhia Independente de Música – CIMPM da Polícia Militar do Estado de Pernambuco) ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1272/2017, de autoria do Poder Executivo.
Regime de Urgência
RELATOR: DEPUTADO JOAQUIM LIRA

Recife, 17 de abril de 2017

Sala da Comissão de Administração Pública

DEPUTADO LUCAS RAMOS
PRESIDENTE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A CASA DE TODOS OS
PERNAMBUCANOS